



associação portuguesa de
bibliotecários, arquivistas,
profissionais da informação
e documentação

Propostas da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação (BAD), através do seu Conselho Nacional, para o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em consulta pública até 1 de março de 2021.

Introdução

Considerando os objetivos estratégicos e as prioridades definidas no PRR, a BAD assume ser da máxima importância contribuir com um conjunto de propostas para a melhor concretização deste Plano, nomeadamente no âmbito das medidas nas áreas de Qualificações e Competências, Eficiência Energética em Edifícios, Escola Digital e Administração Pública (Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança).

As bibliotecas e os arquivos têm desempenhado, de diferentes formas, um papel decisivo no desenvolvimento das competências digitais da população, através da disponibilização de equipamentos, de conteúdos de informação e culturais, da formação e apoio ao desenvolvimento de competências e da fluência digital por públicos bastante diferenciados.

Dada a sua implantação geográfica, os arquivos e as bibliotecas configuram-se como infraestruturas e equipamentos públicos decisivos para a transição digital que, tendo já incorporado nos seus procedimentos e serviços o ambiente digital, precisam de suporte na sua modernização e implementação.

As propostas que se apresentam neste contributo para o PRR contemplam as áreas de atuação dos arquivos (distritais e municipais) e das bibliotecas (públicas, de ensino superior e escolares), quer no continente, quer nas regiões autónomas da Madeira e Açores e ainda de outros serviços de informação e documentação da administração pública.

Pretende-se afirmar o valor destes serviços e equipamentos para a melhoria na resposta da administração pública central e local às necessidades de cidadãos e empresas, para a simplificação dos procedimentos, para a melhoria da qualidade e do acesso à informação necessária para a tomada de decisão, para a capacitação e rejuvenescimento dos funcionários, para uma gestão de recursos mais eficiente e diminuição dos custos de contexto e para a participação do cidadão na avaliação da execução de políticas públicas, de forma transparente e responsável.

Assim, apresentamos propostas para as seguintes Componentes:



Componente 6. Qualificações e Competências

Bibliotecas e Arquivos são agentes ativos da formação dos cidadãos no domínio das competências em literacia da informação e na fluência digital, nomeadamente para a utilização da informação produzida pela administração pública, no sentido de exercerem os seus direitos e obrigações perante o Estado e visando promover a cidadania ativa e combater as desigualdades sociais no acesso e uso da informação. Os profissionais da informação, bibliotecários e arquivistas detêm as competências, o conhecimento e a capacitação para coordenar e dinamizar estes programas, uma vez que o domínio de competências no âmbito das várias literacias é essencial para o trabalho na área da informação.

- 1) **Criação de programas de literacia digital pública dirigidos aos cidadãos** em geral e ao público escolar e do ensino superior, coordenados a partir das bibliotecas e arquivos públicos e municipais, das bibliotecas escolares e das bibliotecas do ensino superior. Estes programas deverão ter em particular atenção a inclusão social e a acessibilidade a pessoas com deficiência, cronicamente afastadas do acesso à informação, quer física, quer digital.
- 2) **Criação de instrumentos de avaliação de competências digitais**, adequados a cada tipo de público, que permitam identificar as competências das crianças, jovens e cidadãos em geral e desenvolver programas de literacia adequados à capacitação de grupos específicos de cidadãos.
- 3) **Estabelecimento da Iniciativa Nacional de Formação de Formadores para a Ciência Aberta**, promovendo um programa de formação de formadores e multiplicadores (bibliotecários, gestores de ciência, e outro pessoal de suporte à investigação), sobre práticas de Ciência Aberta em geral e a Gestão de Dados de Investigação em particular. A capacitação de 200 formadores/multiplicadores, permitirá a realização de dezenas de ações num número significativo de instituições do sistema científico nacional (totalidade das Universidades e Institutos Politécnicos Públicos e em vários institutos, laboratórios e outras instituições onde se realiza investigação), num prazo relativamente curto. Este conjunto de ações irá sensibilizar e capacitar milhares de investigadores, docentes e alunos de pós-graduação sobre a Ciência Aberta, a gestão de dados e os dados de investigação abertos, permitindo ainda delegar ao nível institucional a responsabilidade pela continuidade da formação para a Ciência Aberta, e a criação de uma comunidade de prática nacional.



Componente 13. Eficiência Energética em Edifícios

No contexto da eficiência energética considera-se importante intervir especificamente nos espaços físicos de arquivos e bibliotecas, dotando-os de condições para assegurar a preservação dos documentos e o bem-estar de funcionários e utilizadores.

- 1) **Requalificação dos espaços de arquivos e bibliotecas.** Melhorar as instalações dos arquivos públicos e bibliotecas de instituições públicas, nomeadamente os seus depósitos, que devem incluir espaços de depósito físico dos documentos de conservação permanente.
- 2) **Aumento da eficiência energética dos edifícios** onde estão instalados arquivos e bibliotecas.

Componente 15 - Escola digital

As Bibliotecas Escolares são essenciais como recurso para a comunidade escolar na disponibilização e acesso a equipamentos tecnológicos e na disponibilização de espaços físicos, funcionais e flexíveis, que promovem o trabalho colaborativo.

- 1) **Criação de Repositórios de Recursos Educativos** que sirvam de base e apoio ao ensino, e que proporcionem economias de escala e partilha de recursos entre professores e alunos, em ambiente de Escola Digital.
- 2) **Reconfiguração das zonas funcionais das Bibliotecas Escolares**, flexibilizando-as, dando mais espaço para os equipamentos tecnológicos, a produção e exploração de conteúdos e o trabalho colaborativo.

Componente 19. Administração Pública - Digitalização, Interoperabilidade

Os arquivos e as bibliotecas configuram-se como infraestruturas e equipamentos públicos decisivos na transição digital que, tendo já incorporado nos seus procedimentos e serviços o ambiente digital, precisam de suporte para a sua modernização, interoperabilidade e implementação.

- 1) **Modernização das infraestruturas e equipamentos informáticos das bibliotecas municipais** enquanto equipamentos de proximidade com as comunidades com uma cobertura ampla do território, contribuindo para o desenvolvimento local. A qualificação



destes serviços é um contributo fundamental para a promoção da formação ao longo da vida, onde se inclui o combate à exclusão digital.

- 2) **Requalificação da infraestrutura tecnológica, de rede e parque informático, dos arquivos municipais** para providenciar serviços de valor acrescentado aos cidadãos no domínio das competências digitais e no acesso a informação de qualidade.
- 3) **Dotação das bibliotecas e arquivos da administração local com plataformas digitais alinhadas com os padrões avançados de interoperabilidade**, permitindo a criação e modernização de sistemas para a disponibilização de informação, nomeadamente de repositórios digitais que permitam a preservação, a longo prazo, da informação produzida.
- 4) **Criação de um programa de aquisição de equipamentos informáticos para disponibilização em bibliotecas e arquivos** realizado através do empréstimo temporário a pessoas com necessidades de formação, de maneira a assegurar a equidade dos cidadãos no acesso à informação e à formação ao longo da vida.
- 5) **Requalificação das infraestruturas tecnológicas das bibliotecas, arquivos e serviços de documentação da administração pública**, visando a criação e manutenção de plataformas de repositórios digitais para recolha e produção de informação, para garantir a interoperabilidade com outros sistemas, com especial foco na preservação de informação nado-digital.
- 6) **Aquisição de equipamentos que permitam fazer a transferência de suportes analógicos para digitais de forma segura** e consequente capacitação dos recursos humanos que os operam.
- 7) **Criação de programas de valorização dos recursos humanos dirigidos aos trabalhadores da administração pública em geral e aos profissionais da informação em particular**, cujas funções exigem uma atualização permanente de conhecimentos, quer no âmbito tecnológico, quer no que se refere à necessidade de aproximação dos serviços aos cidadãos, garantindo a inclusão social e a equidade no acesso:
 - a) Formação dos funcionários, agentes na produção de informação necessária ao funcionamento da administração pública e à satisfação das necessidades de cidadãos e empresas. Esta formação é fulcral, uma vez que incide nas regras e requisitos para a produção de informação fiável, de qualidade e que possa ser preservada e reutilizada, assim como nas competências para a utilização de plataformas e equipamentos eletrónicos.
 - b) Atualização da formação dos profissionais da informação no que respeita à conceção e gestão dos sistemas de informação da administração pública, de forma a garantir a qualidade, a interoperabilidade e a preservação da informação digital,



bem como o acesso equitativo dos cidadãos à informação produzida e disponibilizada através de bibliotecas e arquivos.

- 8) **Criação de um Programa de Valorização dos Recursos Humanos responsáveis pelos serviços de informação**, desde logo com aprovação na lei da obrigatoriedade de detenção de formação específica na área para acesso a postos de trabalho ou a cargos de direção que abranjam estes serviços, assim como a obrigatoriedade de formação de atualização a cada 3 anos.
- 9) **Reforço do PADES - Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços** (concebido para apoio para as redes intermunicipais de bibliotecas formalmente constituídas). O PRR deve providenciar recursos para um reforço muito expressivo deste Programa, em especial direcionado para a inclusão de franjas da população mais carenciada ou excluída e para a prestação de serviços públicos de qualidade nas bibliotecas.
- 10) **Criação de um Programa de Preservação e Digitalização do Património Documental público e privado** que permita conservar, restaurar e disponibilizar informação física, digitalizada e nado digital. Esta proposta implica investir na aquisição de serviços e de equipamentos de digitalização, de restauro e conservação da documentação (ex.: unidades de instalação, estantes, materiais de conservação e restauro) e da preservação da informação digital.
- 11) **Criação de um Programa de Digitalização de Documentação Histórica, nomeadamente da imprensa local e regional e mesmo nacional**, com destaque para as coleções dos principais jornais nacionais como, a título de exemplo, o Jornal de Notícias, o Diário de Notícias, ou os já extintos Primeiro de Janeiro e Comércio do Porto.
- 12) **Criação de uma plataforma nacional de empréstimo de eBooks e recursos digitais**, agregando também as obras em domínio público já digitalizadas e dispersas por diversas plataformas. Esta plataforma deverá ser constituída através de consórcios entre o Estado Central, as Regiões Autónomas e os municípios, estes através das CIM, e as editoras e distribuidoras que operam no mercado bibliográfico nacional, visando a otimização de recursos e a redução de custos.
- 13) **Associação dos repositórios eletrónicos dos arquivos públicos** às plataformas da Administração Pública e Local, de forma a que o cidadão possa aceder à informação sem limites de idade dos documentos ou o seu suporte, em respeito pela Lei de Acesso aos Documentos Administrativos e pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados.



associação portuguesa de
bibliotecários, arquivistas,
profissionais da informação
e documentação

Conselho Nacional BAD

1 de março de 2021